



Março/2013

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista-Administração**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Objetiva Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA OBJETIVA****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Vista cansada

Acho que foi Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que Hemingway tenha acabado como acabou. Fugiu enquanto pôde do desespero que o roía – e daquele tiro brutal que acabou dando em si mesmo.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não vendo. Experiência ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou trinta e dois anos a fio pelo mesmo hall do prédio de seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer. Como era ele? Sua cara? Sua voz? Não fazia a mínima ideia. Em trinta e dois anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer.

O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos. Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de tão visto, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.

(Otto Lara Resende, **Bom dia para nascer**)

1. Deve-se entender o título do texto – **Vista cansada** – como uma alusão do autor ao fato de que
- (A) os pessimistas, como Hemingway, acreditam que nosso olhar para as coisas implica sempre uma visão de despedida da vida.
 - (B) os poetas, ao contrário de Hemingway, pensam ver tudo como se estivessem sempre se revelando um mundo inteiramente original.
 - (C) nós tendemos a deixar de ver as coisas porque mecanizamos nosso olhar, não distinguindo o que lhes é característico.
 - (D) nós tendemos a reparar tão somente nos detalhes das coisas, perdendo o sentido da visão do conjunto a que se integram.
 - (E) nós tendemos, com o tempo, a enfraquecer nossa visão das coisas pelo excesso de atenção que nos esforçamos para lhes dedicar.

2. Há uma relação de causa e efeito entre as seguintes afirmações:

- (A) *de tanto ver, a gente banaliza o olhar e Parece fácil, mas não é* (2º parágrafo)
- (B) *passou trinta e dois anos a fio e pelo mesmo hall do prédio* (3º parágrafo)
- (C) *Lá estava sempre, pontualíssimo e Para ser notado, o porteiro teve que morrer* (3º parágrafo)
- (D) *O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem e Não, não vemos* (4º parágrafo)
- (E) *Marido que nunca viu a própria mulher e isso existe às pampas* (4º parágrafo)

3. Considerando-se o contexto, a expressão *a gente banaliza o olhar* (2º parágrafo) aciona um sentido **oposto** ao que sugere o segmento

- (A) *Essa ideia de olhar (...) tem algo de deprimente.*
- (B) *Tem olhos atentos e limpos.*
- (C) *o que, de tão visto, ninguém vê.*
- (D) *Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos.*
- (E) *se instala no coração o monstro da indiferença.*

4. A frase do texto cujo sentido se mantém numa nova e correta redação é:

- (A) *Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver* = Comigo morre um certo modo de ver, ainda que eu venha a morrer.
- (B) *De tanto ver, você não vê* = Você não vê, apesar de tanto ver.
- (C) *Em trinta e dois anos, nunca o viu.* = Nunca o viu, por força de ter-se passado trinta e dois anos.
- (D) *O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem* = Mesmo que lhes suje, o hábito baixa a voltagem dos olhos.
- (E) *Uma criança vê o que o adulto não vê* = Não vê o adulto coisas que vê a criança.

5. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor do texto estabelece uma relação direta entre o pessimismo da frase atribuída a Hemingway e o brutal suicídio que este viria a cometer.
- II. No segundo parágrafo, o *certo modo de ver* que o poeta julga morrer com ele valoriza a perspectiva pessoal da qual nasce uma bem particular visão do mundo.
- III. No último parágrafo, o sentimento da indiferença, que nos invade, é diretamente relacionado à visão opaca das coisas causada pelo hábito.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.



6. Estão plenamente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:

- (A) Devem-se emprestar a todas as coisas, nas palavras de Hemingway, o olhar daquele que as vê pela deradeira vez, como se delas se despedissem.
- (B) O desespero das tantas dores que podem afligir certos homens levam alguns desses infelizes ao suicídio, é o que parece explicar a triste e brutal decisão de Hemingway.
- (C) Guardam muita ironia as palavras de que se valeu o autor para mostrar que somente a notícia da morte do porteiro fez alguns notarem que ele havia existido.
- (D) Sempre haverá o marido e o pai que não tem olhos para ver, de fato, quem são sua esposa e seu filho, quem de fato são esses a quem não rende momentos de atenção.
- (E) A criança, tal como ocorre com os poetas, são capazes de olhar as coisas com tão dedicada atenção que acabam por estabelecer uma visão efetivamente criativa de tudo.

7. Está transposta para a **voz passiva**, sem prejuízo para o sentido, a seguinte construção:

- (A) Hemingway acabou dando um tiro em si mesmo = Um tiro se deu o próprio Hemingway.
- (B) Acaba-se por banalizar o modo de olhar = O modo de olhar acaba por ser banalizado.
- (C) Ele cometeu o desagravo de falecer = O cometimento de falecer desagrovou-o.
- (D) Há pai que nunca viu o próprio filho = Há o próprio filho que nunca terá sido visto pelo pai.
- (E) No coração instala-se o monstro da indiferença = O monstro da indiferença tem sido instalado no coração.

8. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

- (A) Crianças e poetas, acredita o autor, são capazes de olhar o mundo de modo atento e criativo, como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele, por isso, faces que, para a maioria de nós, permanecem ocultas.
- (B) Crianças e poetas acredita o autor, são capazes de olhar, o mundo, de modo atento e criativo como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele por isso faces que para a maioria de nós permanecem ocultas.
- (C) Crianças e poetas – acredita o autor, são capazes de olhar o mundo de modo atento, e criativo, como se o olhassem pela primeira vez revelando nele, por isso, faces que para a maioria de nós permanecem ocultas.
- (D) Crianças e poetas, acredita o autor: são capazes de olhar o mundo de modo atento e criativo, como se o olhassem, pela primeira vez revelando nele, por isso, faces que para a maioria de nós, permanecem ocultas.
- (E) Crianças e poetas, acredita o autor, são capazes de olhar o mundo, de modo atento e criativo, como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele por isso faces que, para a maioria de nós permanecem ocultas.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

O maior, o melhor

*Há algum tempo um jornal de grande circulação promoveu uma enquete para saber qual é o maior escritor brasileiro, se Machado de Assis ou se Guimarães Rosa. Parece que antes de mais nada já não haveria qualquer dúvida sobre os dois maiores, cabendo apenas hierarquizá-los. Essa mania de **o maior, o melhor** está cada vez mais incorporada ao competitivo mundo moderno. Trata-se de eleger logo um absoluto, um superlativo, numa espécie de torneio promovido a propósito de tudo: o melhor cantor, o melhor atacante, o maior empresário, o maior bandido...*

Muito sabiamente, o poeta Manuel Bandeira resolveu logo a parada, declarando-se já de saída um “poeta menor”, e ainda pediu desculpas por isso. Convivendo com a tuberculose desde adolescente, nosso poeta conviveu também com a alta probabilidade de uma morte precoce – e a morte, como se sabe, costuma relativizar tudo. Ela não respeita nem os maiores, nem os melhores. Qualquer hierarquia perde o sentido diante dela. E justamente por se saber “menor”, isto é, mortal, humano, falível, limitado, o poeta Manuel Bandeira acabou fazendo de suas pequenas experiências uma grande e comovente poesia.

Ele poderia ser exemplo para todos os que corremos atrás do primeiro lugar, do prêmio máximo, do recorde mundial. Essa tolice de achar que a felicidade está no topo do Everest e em nenhum outro lugar alimenta a máquina de ansiosos em que a nossa sociedade se converteu. Quem fica de olho no máximo perde toda a graça do mínimo, que é onde, afinal, se aloja a felicidade possível. Os pequenos momentos, os detalhes da afetividade, as palavras simples e necessárias, os gestos minúsculos mas imprescindíveis jamais ganharão um prêmio Nobel. E no entanto está nessa aparente pequenez, não tenho dúvida, o que pode dar sentido à nossa vida.

(Agostinho Rubinato, inédito)

9. O texto mostra que há uma íntima conexão entre

- (A) a necessidade de se hierarquizar tudo e a simplicidade da poesia de Manuel Bandeira.
- (B) a disputa entre Machado de Assis e Guimarães Rosa e a falta de sentido do prêmio Nobel.
- (C) a obsessão pelos superlativos e a competitividade do mundo moderno.
- (D) o destemor diante da morte e a procura do sucesso a qualquer preço.
- (E) o prestígio do sucesso máximo e a felicidade advinda do máximo sacrifício.



10. Atente para as seguintes afirmações:
- Ainda que ache despropositada a comparação entre Machado de Assis e Guimarães Rosa, pelas diferenças de seus caminhos literários, o autor expressa a plena convicção de que se trata dos nossos dois maiores escritores.
 - Deve-se entender do texto que a simplicidade da poesia de Manuel Bandeira, se não fez dele um poeta notável, tornou-o apto a enfrentar as grandes adversidades da vida, habilitando-o a ser feliz como poucos o foram em seu tempo.
 - O texto sugere que, diante da implacabilidade da morte, deveríamos aprender a relativizar as coisas, encontrando no aparentemente "menor" a possibilidade da grandeza e da felicidade, como o fez Manuel Bandeira.
- Em relação ao texto está correto o que se afirma em
- I e II, somente.
 - II, somente.
 - II e III, somente.
 - III, somente.
 - I, II e III.
11. Atente para a seguinte frase:
- Manuel Bandeira, em meio a tantas lutas por pres-tígio, resolveu identificar-se como poeta menor e dispensar-se, assim, de escalar o Everest.**
- Mantêm-se o sentido básico e a correção da frase acima nesta outra redação:
- Assumindo-se como poeta menor, Manuel Bandeira, em meio às batalhas entre os ambiciosos, poupou-se de buscar a glória máxima.
 - Em vez de escalar as hierarquias, Manuel Bandeira lutou o quanto pôde entre os menores, só assim alcançando seu máximo galardão.
 - Ao se proclamar poeta menor, Manuel Bandeira se impôs sobre seus competidores, chegando desta feita ao cume da realização poética.
 - Ao em vez de pretender o alto e o distante, o poeta menor Manuel Bandeira desistiu de competir por prestígio, entre os tantos que o perseguiram.
 - Por lhe preferir o menor, Manuel Bandeira dispôs-se a recusar o maior, abandonando o pico da glória por cuja todos batalhavam.
12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do PLURAL para preencher adequadamente a lacuna da frase:
- Nem Everest, nem recorde mundial, nenhuma obsessão dessas (**dever**) levar-nos a uma luta ingente e, quase sempre, inglória.
 - Às pequenas coisas do cotidiano, aos versos simples é que se (**dedicar**), em suas obras-primas, o poeta Manuel Bandeira.
 - O mérito e a importância de um prêmio como o Nobel não (**cabem**) discutir, mas não há por que desmerecer quem nunca o ganhou.
 - A um poeta como Manuel Bandeira jamais (**ter**) atormentado aquelas visões da glória que tantos perseguem obstinadamente.
 - As competições a que se (**lançar**), em nossos dias, todo e qualquer postulante à fama jamais sensibilizaram nosso grande lírico.
13. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- Os que levariam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez façam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.
 - Há até quem queira saber quem fosse o maior bandido, entre os que recebessem destaque nos populares programas da TV.
 - Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostam tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tenha aspirações a ser metafísica.
 - Se os adeptos da fama a qualquer custo levarem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.
 - Quanto mais aproveitássemos o que houvesse de grande nos momentos felizes, menos precisaríamos nos preocupar com conquistas superlativas.
14. A exclusão das vírgulas **alterará** o sentido da seguinte frase:
- Pensando nos homens ambiciosos, que querem escalar o Everest a qualquer preço, o autor lembra o exemplo contrário de Manuel Bandeira.
 - Manuel Bandeira tornou-se, para muitos leitores, um exemplo de conquista da profundidade poética encontrada no que é simples.
 - Manuel Bandeira legou aos amigos, que nunca deixaram de o admirar, exemplares autografados de sua obra completa.
- Atende ao enunciado SOMENTE o que consta em
- I e II.
 - I e III.
 - II.
 - II e III.
 - III.
15. O elemento sublinhado constitui uma **falha** de redação na frase:
- O espírito de competição pelo qual se deixa empolgar acabará levando-o à loucura.
 - Trata-se de um artista de cujas qualidades ninguém deixa de acreditar.
 - Parecia-lhe preferível perder a competição com dignidade a ganhá-la com desonra.
 - Manuel Bandeira, cuja poesia logo me encantou, foi um lírico originalíssimo.
 - Durante a competição, a vitória da qual ele estava confiante escapou-lhe inteiramente das mãos.



Raciocínio Lógico-Matemático

16. Em uma empresa, $\frac{2}{3}$ dos funcionários são homens e $\frac{3}{5}$ falam inglês. Sabendo que $\frac{1}{12}$ dos funcionários são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de funcionários, uma fração equivalente a

(A) $\frac{3}{10}$

(B) $\frac{7}{20}$

(C) $\frac{2}{5}$

(D) $\frac{9}{20}$

(E) $\frac{1}{2}$

17. Artur pretende investir R\$ 10.000,00 por um período de um ano. Por isso, está avaliando dois investimentos oferecidos pelo gerente de seu banco.

Investimento I: regime de juros simples, com taxa de 1% ao mês.

Investimento II: regime de juros compostos, com taxa de 6% ao semestre.

Ao comparar os dois investimentos, Artur concluiu que

(A) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que II após um ano.

(B) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que II após um ano.

(C) eles são indiferentes, pois ambos terão rendido R\$ 1.200,00 após um ano.

(D) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que I após um ano.

(E) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que I após um ano.

18. A soma S é dada por:

$$S = \sqrt{2} + \sqrt{8} + 2\sqrt{2} + 2\sqrt{8} + 3\sqrt{2} + 3\sqrt{8} + 4\sqrt{2} + 4\sqrt{8} + 5\sqrt{2} + 5\sqrt{8}$$

Dessa forma, S é igual a

(A) $\sqrt{90}$

(B) $\sqrt{405}$

(C) $\sqrt{900}$

(D) $\sqrt{4050}$

(E) $\sqrt{9000}$



19. Os números 1, 2, 3, 4, 6, 9, 12, 18 e 36 deverão ser distribuídos entre os nove quadrados menores de um quadriculado 3×3 , de modo que:
- cada um dos nove números seja escrito uma única vez;
 - cada quadrado menor contenha exatamente um número;
 - os produtos dos três números de uma mesma linha, de uma mesma coluna e de uma mesma diagonal do quadriculado sejam todos iguais a um mesmo valor P .

Considere a distribuição iniciada na figura abaixo.

		12
	6	
	4	

Se as regras descritas forem todas obedecidas, o quadrado escuro deverá ser preenchido pelo número

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 9.
 - (E) 18.
-
20. As seis faces de um dado são quadrados cujos lados medem L . A distância do centro de um desses quadrados até qualquer um de seus vértices (cantos do quadrado) é igual a D . Uma formiga, que se encontra no centro de uma das faces do dado, pretende se deslocar, andando sobre a superfície do dado, até o centro da face oposta. A menor distância que a formiga poderá percorrer nesse trajeto é igual a
- (A) $2L$.
 - (B) $2L + D$.
 - (C) $2L + 2D$.
 - (D) $L + 2D$.
 - (E) L .

Legislação Institucional

21. O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado, previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal brasileira, tem como destinatários
- (A) todos os cidadãos brasileiros, pois se trata de direito universal.
 - (B) as pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.
 - (C) as pessoas físicas e jurídicas, independentemente dos recursos que disponham.
 - (D) as pessoas necessitadas, desde que possuam atestado de pobreza.
 - (E) as pessoas necessitadas, desde que beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda.
-
22. A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 134, e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 120, asseveram que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que
- (A) em todos os processos judiciais deve haver a intervenção da Defensoria Pública.
 - (B) a Defensoria Pública é órgão do Poder Judiciário.
 - (C) a assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública assegura, em igualdade de condições, o acesso à justiça pelos necessitados.
 - (D) compete à Defensoria Pública o exercício da função jurisdicional do Estado.
 - (E) a organização da Defensoria Pública do Estado está vinculada à organização do Poder Judiciário, devendo prever um número equivalente de Defensores e Juízes em cada comarca.



23. A Defensoria Pública do Estado possui, em razão de expressa previsão constitucional (art. 134, § 2º, da Constituição Federal brasileira), autonomia administrativa e funcional, que lhe assegura
- (A) a eficácia plena e a excecutoriedade imediata de suas decisões, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
- (B) o exercício de suas funções institucionais livre de pressões, uma vez que não está sujeita a controles externos.
- (C) independência em relação ao Poder Executivo, não mais o integrando.
- (D) a competência legislativa de seu Conselho Superior.
- (E) a possibilidade de criação de cargos por ato administrativo do Defensor Público-Geral, após a análise pelo Conselho Superior.
-
24. A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem como função a promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição, competindo-lhe
- (A) instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da instituição, em razão de representações encaminhadas pela Corregedoria-Geral.
- (B) ingressar com ações judiciais visando à melhoria da qualidade do atendimento dos usuários.
- (C) promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil.
- (D) votar em processos com matérias referentes ao atendimento dos usuários que tramitam no Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) rever eventual decisão de Defensor Público que tenha ensejado recusa de atuação.
-
25. Quanto ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) possui seis membros eleitos pelo voto direto, plurinomial, obrigatório e secreto dos membros da carreira de Defensor Público.
- (B) seus membros eleitos possuem mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- (C) o Ouvidor-Geral é membro eleito e participa exclusivamente com direito à voz.
- (D) são elegíveis os membros ativos e inativos da carreira de Defensor Público.
- (E) sua composição é formada, majoritariamente, por membros natos.
-
- Atenção:** As questões de números 26 a 29 referem-se à Lei Complementar Federal nº 80/94.
26. É direito da pessoa assistida pela Defensoria Pública do Estado
- (A) a escolha do Defensor Público que irá realizar o seu atendimento e acompanhar eventual demanda.
- (B) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesse colidente com outro assistido.
- (C) não se submeter à avaliação de sua situação econômico-financeira, sem que isso importe em prejuízo ao seu atendimento.
- (D) a escolha do local e horário de seu atendimento.
- (E) a designação de outro Defensor Público, quando discordar da ação judicial proposta.
-
27. A substituição legal do Defensor Público-Geral do Estado, em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, compete ao
- (A) Corregedor-Geral.
- (B) membro mais antigo do Conselho Superior.
- (C) Defensor-Geral Adjunto.
- (D) Subdefensor Público-Geral.
- (E) Defensor Público de classe especial mais antigo em exercício.
-
28. Ao estabelecer normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados, a referida Lei Complementar Federal prevê
- (A) a possibilidade de criação de Defensorias Públicas Municipais.
- (B) a nomeação do Corregedor-Geral da Defensoria Pública pelo Governador do Estado.
- (C) a subordinação hierárquica entre a Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública da União.
- (D) a eleição direta do Defensor Público-Geral, sem a intervenção do Chefe do Poder Executivo Estadual.
- (E) que a organização da Defensoria Pública do Estado deve primar pela descentralização.
-
29. O plano de atuação da Defensoria Pública do Estado
- (A) deve ser aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, após ampla divulgação.
- (B) deve ser apresentado por cada Defensor Público à Corregedoria-Geral, como requisito para confirmação no estágio probatório.
- (C) consiste em documento obrigatório a ser apresentado previamente pelos candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral, contendo as propostas de campanha.
- (D) é elaborado pela Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.
- (E) deve ser aprovado por lei complementar estadual.
-
30. O plano de carreira previsto pela Lei Complementar Estadual nº 13.821/11 possui distintas classes e padrões de vencimentos, que podem ser alcançados pelos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul através da
- (A) promoção, para a elevação de um padrão de vencimento para outro superior, e da progressão, para o alcance de classe mais elevada.
- (B) promoção, entre as diversas classes e padrões de vencimento existentes.
- (C) progressão, entre os cinco padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as três classes existentes.
- (D) progressão, entre as diversas classes e padrões de vencimentos existentes.
- (E) progressão, entre os três padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as cinco classes existentes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Financeira e Orçamentária**

31. Em relação ao princípio orçamentário do equilíbrio, é correto afirmar que
- (A) estabelece que a Lei Orçamentária Anual – LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO, nos termos da lei.
 - (B) estabelece que o total da despesa autorizada em cada exercício financeiro não deve ultrapassar o total das receitas orçamentárias previstas para o mesmo período.
 - (C) estabelece que o resultado da execução orçamentária em cada exercício financeiro não deve apresentar déficit orçamentário.
 - (D) preconiza o registro das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual – LOA pelo valor total e bruto, permitindo somente as deduções constitucionais.
 - (E) dispõe que as despesas autorizadas no exercício financeiro somente serão empenhadas quando houver recursos financeiros para seu pagamento.
32. Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Nestas condições, o princípio orçamentário, o qual estabelece que a Lei Orçamentária Anual – LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público é denominado de
- (A) exclusividade.
 - (B) legalidade.
 - (C) anualidade.
 - (D) universalidade.
 - (E) totalidade.
33. Em relação à Lei Orçamentária Anual, a qual compreende o orçamento fiscal, investimento das empresas e seguridade social, é correto afirmar que o orçamento
- (A) da seguridade social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - (B) de investimento das empresas abrange todas as despesas correntes e de capital das empresas estatais em que a União participe do seu capital social com ou sem direito a voto.
 - (C) fiscal abrange somente as receitas tributárias e as despesas a elas vinculadas.
 - (D) da seguridade social abrange apenas as receitas de contribuições dos servidores ativos e inativos e as despesas com pagamentos de aposentadorias e pensões.
 - (E) fiscal estabelece normas de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração pública direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento de fundos.
34. Determinado ente público, considerando o excesso de arrecadação da receita patrimonial obtido no exercício financeiro de 2012, no seu projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 propõe a criação de 20 cargos de analistas de notícias para a secretaria de publicidade, e a concessão aos demais servidores públicos reajuste salarial de 10% a partir de primeiro de janeiro de 2013. Este projeto NÃO atende ao princípio orçamentário da
- (A) moralidade.
 - (B) anualidade.
 - (C) exclusividade.
 - (D) não vinculação da receita.
 - (E) impessoalidade.
35. Considerando a Lei Orçamentária Anual, um instrumento de planejamento é correto afirmar que
- (A) não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
 - (B) consignará crédito com finalidade imprecisa destinado somente à realização de despesas imprevisíveis e/ou urgentes.
 - (C) conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
 - (D) compreenderá as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - (E) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
36. O município de Águas Mornas do Centro Oeste, no exercício de 2012, arrecadou receitas pela prestação de serviços, as quais não foram previstas na lei orçamentária do referido exercício. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 tais receitas serão classificadas como
- (A) extraorçamentária.
 - (B) intraorçamentária.
 - (C) orçamentária.
 - (D) variação patrimonial independente da execução orçamentária.
 - (E) receitas a classificar.
37. Os valores arrecadados, os quais aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas, classificam-se em
- (A) receitas orçamentárias de capital.
 - (B) receitas intraorçamentárias de capital.
 - (C) ingressos extraorçamentários.
 - (D) receitas de operações de crédito para financiar a execução de programas de governo.
 - (E) receitas orçamentárias correntes.



Atenção: Considerando as informações a seguir, responda as questões de números 38 a 40.

Determinado ente da federação elaborou seu projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2013, com as seguintes receitas previstas, dentre outras:

Receitas Previstas	Valor
Alienação de Bens Imóveis	800
Cobrança de impostos inscritos na dívida ativa	400
Rendimentos de aplicações financeiras	200
Receita da Concessão de Serviço de Transporte Rodoviário Metropolitano	300
Operações de Crédito de Longo Prazo	400
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	700
Transferência de valores da União destinados à Construção do Hospital Infantil Estadual	500
Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS	600

38. As receitas de capital previstas totalizam

- (A) 1.700
- (B) 1.500
- (C) 1.100
- (D) 700
- (E) 1.000

39. O montante das receitas patrimoniais e tributárias previstas soma, respectivamente,

- (A) 900 e 600
- (B) 600 e 1.000
- (C) 200 e 1.700
- (D) 500 e 1.300
- (E) 200 e 1.000

40. A somatória das receitas correntes previstas

- (A) 3.000
- (B) 1.900
- (C) 2.700
- (D) 2.200
- (E) 2.000

41. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias, constitui

- (A) um órgão orçamentário.
- (B) uma unidade orçamentária.
- (C) um programa de trabalho do governo.
- (D) uma unidade administrativa.
- (E) uma categoria de despesas orçamentárias.

Atenção: Considerando a Lei Federal nº 4.320/64, responda as questões de números 42 e 43.

Determinada entidade pública, no exercício de 2012, empenhou despesas referente ao contrato de manutenção de elevadores no total de R\$ 150. Ao final do referido exercício, a entidade cancelou empenho no valor de R\$ 50, liquidou despesas no valor de R\$ 90 e pagou R\$ 60.

42. O valor das despesas liquidadas ou processadas inscritas em restos a pagar é

- (A) 100
- (B) 10
- (C) 40
- (D) 90
- (E) 30

43. O montante das despesas não liquidadas ou não processadas inscritas em restos a pagar é

- (A) 40
- (B) 10
- (C) 60
- (D) 20
- (E) 90

44. As despesas expressamente definidas em lei que, pela sua urgência e eventualidade, não possam aguardar o processo normal de execução orçamentária são realizadas por meio de

- (A) dispensa de licitação.
- (B) inexigibilidade de licitação.
- (C) suprimento de fundos (regime de adiantamento).
- (D) regime de urgência.
- (E) dispensa de empenho.

45. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como despesas de exercícios anteriores, dentre elas,

- (A) despesas processadas em época própria mas não pagas dentro do exercício por insuficiência de caixa.
- (B) despesas empenhadas no exercício e liquidadas no exercício subsequente.
- (C) despesas não realizadas no exercício por insuficiência de crédito orçamentário.
- (D) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
- (E) restos a pagar cancelado pela não concretização da despesa.

Direito Administrativo

46. Determinada empresa prestadora de serviços foi declarada inidônea para contratar com a Administração pública, em decorrência da prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar procedimento licitatório. A situação narrada corresponde ao exercício, pela Administração, do poder

- (A) discricionário.
- (B) de polícia.
- (C) regulamentar.
- (D) hierárquico.
- (E) disciplinar.



47. A exploração por particular de serviço público não exclusivo do Estado como, por exemplo, saúde e educação,
- (A) sujeita-se ao regime de concessão, com exploração por conta e risco do particular.
 - (B) sujeita-se ao regime de permissão, possuindo caráter precário.
 - (C) não está sujeita a controle do poder público, caracterizando-se como atividade econômica.
 - (D) somente é admitida em caráter excepcional, para suprir a oferta pública deficiente.
 - (E) depende de autorização do poder público.
48. Servidor público integrante do Poder Executivo estadual editou ato administrativo concedendo a entidade privada sem fins lucrativos permissão de uso de bem público, em caráter precário. Subsequentemente, veio a saber que seu superior hierárquico era desafeto do dirigente da entidade permissionária e, temendo represálias, revogou o ato concessório, apresentando como fundamento da revogação o motivo – falso – de que a Administração necessitava do imóvel para outra finalidade pública. Considerando a situação fática apresentada, o ato de revogação
- (A) padece de vício quanto ao motivo, em face da falsidade do pressuposto de fato para a edição do ato.
 - (B) padece de vício quanto à competência, eis que somente o superior hierárquico poderia revogar o ato vinculado.
 - (C) é legal, eis que, em se tratando de ato vinculado, é passível a revogação a critério da Administração.
 - (D) é legal, eis que atos discricionários não estão sujeitos a controle quanto ao motivo ou finalidade.
 - (E) é ilegal, eis que os atos discricionários não são passíveis de revogação.
49. O Estado decidiu instituir entidade com personalidade jurídica própria, integrante da Administração indireta, para executar programa de investimentos sob a forma de parcerias público-privadas, dotada de corpo técnico qualificado e agilidade para desenvolver projetos, além de patrimônio para prestar garantias aos parceiros privados. Referida entidade poderá ser constituída sob a forma de
- (A) autarquia, sujeita ao regime jurídico de direito privado.
 - (B) empresa pública, que se submete ao regime de direito público, salvo quanto ao patrimônio, que não está sujeito a penhora.
 - (C) sociedade de economia mista, cuja criação deve ser precedida de autorização legislativa.
 - (D) fundação, com patrimônio afetado à finalidade pretendida e não sujeita à licitação para contratação.
 - (E) sociedade de propósito específico, não sujeita aos princípios da Administração pública.
50. A respeito do conceito de órgão público é correto afirmar que
- (A) constitui uma unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
 - (B) corresponde a uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos.
 - (C) é sempre dotado de autonomia e independência funcional.
 - (D) possui, no que diz respeito à sua composição, natureza singular, necessariamente.
 - (E) prescinde, para o exercício da competência de que é dotado, da atuação do agente público.
51. Considere:
- I. alienação de imóvel remanescente de desapropriação.
 - II. escolha de trabalho técnico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
 - III. venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- A modalidade licitatória aplicável para as situações acima são, respectivamente,
- (A) concorrência; concurso e leilão.
 - (B) leilão; concorrência e pregão.
 - (C) leilão; concurso e leilão.
 - (D) convite; concurso e leilão.
 - (E) convite; convite e leilão.
52. O Estado do Rio Grande do Sul pretende contratar uma empresa especializada para desenvolver projeto urbanístico em município integrante de região metropolitana visando à recuperação de áreas degradadas. Para tanto, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93,
- (A) poderá contratar entidade pública ou privada, com dispensa de licitação, desde que comprove as razões de interesse público para a contratação e preço abaixo do praticado pelo mercado.
 - (B) poderá contratar empresa privada, com dispensa de licitação, desde que a mesma comprove notória especialização no objeto da contratação e o preço seja compatível com o praticado no mercado.
 - (C) poderá contratar entidade integrante da Administração pública estadual ou municipal, dotada de notória especialização, formalizando o ajuste mediante convênio.
 - (D) poderá contratar, com dispensa de licitação, entidade integrante da Administração pública estadual, criada para esse fim específico, em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - (E) poderá contratar entidade integrante da Administração pública municipal, dotada de notória especialização, com inexigibilidade de licitação, ainda que não configurada a inviabilidade de competição, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
53. A Administração necessita contratar a construção de diversas unidades ambulatoriais, para atendimento da demanda da população por serviços de pronto atendimento que, nos últimos anos, tem se mostrado crescente. A situação afigura-se bastante crítica, razão pela qual deseja que as obras sejam concluídas com a maior brevidade possível e também busca evitar que se repita o ocorrido em outras oportunidades, quando empresas contratadas para execução de obras semelhantes deixaram de cumprir o cronograma estabelecido. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, para a consecução de seus objetivos, a Administração poderá
- (A) dispensar o prévio procedimento licitatório, desde que comprove a relevância do interesse público envolvido.
 - (B) adotar a modalidade licitatória pregão, cujo procedimento é dotado de maior celeridade.
 - (C) exigir que os licitantes possuam sede na localidade da execução dos serviços e índices de faturamento que assegurem o cumprimento do objeto do contrato.
 - (D) exigir dos licitantes a metodologia de execução da obra, que será pontuada como proposta técnica.
 - (E) exigir dos licitantes a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa.



54. A Administração contratou, com base na Lei nº 8.666/93, a construção de obras para a ampliação do metrô. No curso da execução do contrato, ficou constatada diferença no perfil geológico da área escavada em relação àquele constante no projeto básico disponibilizado pela Administração aos licitantes, demandando, assim, a alteração do projeto para melhor adequação técnica aos objetivos do contrato. Diante da situação verificada, o contratado
- (A) poderá rescindir o contrato, fazendo jus à indenização por perdas e danos, invocando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- (B) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso verificado aumento de seus encargos, a ser implementado por aditamento ao contrato.
- (C) deverá proceder às adequações demandadas pela Administração, apenas se as mesmas não ensejarem aumento de seus encargos.
- (D) estará obrigado a acatar a alteração do projeto, desde que não importe aumento de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- (E) poderá rescindir o contrato ou requerer o seu aditamento, limitado a 25% do valor original atualizado, quando a alteração importar aumento de seus encargos.
55. Considere os seguintes exemplos de bens públicos:
- I. prédio no qual se encontra instalado um hospital.
- II. rios e mares.
- III. galpão adquirido pelo poder público em processo de execução judicial, cujo uso foi autorizado, onerosamente, a particular.
- Indique, respectivamente, a categoria na qual se incluem:
- (A) de uso comum do povo; dominical e de uso especial.
- (B) de uso especial; de uso comum do povo e dominical.
- (C) de uso especial; reservado e de uso especial.
- (D) dominical; reservado e de uso restrito.
- (E) de uso comum do povo; de uso restrito; e dominical.
56. NÃO se insere entre os requisitos para ingresso no serviço público previstos na Lei Complementar nº 10.098/94, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul,
- (A) possuir nacionalidade brasileira.
- (B) estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (C) não ter sido reprovado em estágio probatório para cargo público.
- (D) estar em gozo dos direitos políticos.
- (E) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
57. De acordo com o disposto na Lei estadual nº 13.821/2011, no que diz respeito ao desenvolvimento na carreira e remuneração, é correto afirmar que
- (A) o avanço corresponde ao acréscimo remuneratório de 3% (três por cento) sobre o vencimento básico concedido automaticamente por triênio de efetivo serviço público.
- (B) a promoção é a elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, e está condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
- (C) a progressão é a movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, com interstício mínimo de 18 (dezoito) meses.
- (D) a progressão e a promoção serão alternadas, de acordo com critérios de merecimento e antiguidade, observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- (E) ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, o servidor fará jus a um adicional de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico.
58. De acordo com a Constituição Federal brasileira, o controle externo da Administração pública pelo Poder Legislativo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, NÃO abrange
- (A) a fiscalização patrimonial das entidades da Administração indireta.
- (B) as concessões de aposentadorias e pensões, para fins de registro.
- (C) as contas de empresas supranacionais de cujo capital a União participe de forma indireta.
- (D) a aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- (E) as nomeações para cargos de provimento em comissão.
59. Determinado cidadão foi vítima de danos causados por agente de empresa privada concessionária de serviço público. A responsabilidade da empresa e do agente que causou o dano agindo nessa qualidade,
- (A) depende, para ambos, da comprovação de dolo ou culpa do agente.
- (B) independe, para ambos, da comprovação de dolo ou culpa, sendo de natureza objetiva.
- (C) depende, para o agente, da comprovação de dolo ou culpa, dada sua natureza subjetiva.
- (D) é, para o agente, solidária em relação à responsabilidade objetiva do poder concedente.
- (E) é, para o agente, subsidiária em relação à responsabilidade subjetiva do poder concedente.
60. O Estado do Rio Grande do Sul concedeu à empresa privada a exploração de rodovia estadual. Antes do término do prazo do contrato de concessão, muito embora a concessionária estivesse prestando o serviço aos usuários de maneira adequada e adimplente com todas as suas obrigações contratuais, o Estado decidiu retomar o serviço concedido, tendo em vista o impacto socioeconômico da cobrança de pedágio na região. De acordo com a legislação que rege a matéria,
- (A) o serviço somente poderá ser retomado, mediante encampação pelo poder público, se os investimentos da concessionária já estiverem amortizados.
- (B) a retomada do serviço pelo poder concedente poderá ser efetuada mediante intervenção, precedida de lei autorizativa, convolvendo-se em encampação após o pagamento da indenização devida à concessionária.
- (C) é possível a retomada do serviço, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento à concessionária dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.
- (D) não é possível a retomada do serviço, salvo por rescisão amigável perante a concessionária, que poderá pleitear a indenização pelo período restante da concessão.
- (E) o serviço poderá ser retomado mediante encampação, não fazendo a concessionária jus a qualquer indenização, salvo as relativas aos investimentos imprescindíveis para a manutenção da rodovia.

**PROVA DE REDAÇÃO**

Neste momento, nós, mulheres e homens, enfrentamos muitas novidades, num mundo fascinante, vertiginoso, belo e às vezes cruel. Com tecnologias efêmeras e atordoantes, estamos condenados à brevidade, à transitoriedade, depois de séculos em que os usos e costumes duravam muitos anos, e qualquer pequena mudança causava um alvoroço. A convivência de homens e mulheres também mudou. Em muitas empresas as mulheres trabalham ombro a ombro com colegas homens e, eventualmente, assumem cargos de comando. Como agimos, como nos portamos, como nos reinventamos, nós, homens e mulheres?

(Adaptado de Lya Luft. **Veja**, 19 de dezembro de 2012)

Considerando o que está escrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A conciliação dos sentimentos humanos na vida moderna

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30